



Prefeitura Municipal Mucambo

CONTRATO Nº 1612.02/2024.08



MUNICÍPIO DE MUCAMBO, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.285.064/0001-11 com sede de sua Prefeitura Municipal na Rua Construtor Gonçalves Vidal, S/N, Bairro Centro, Cidade de Mucambo, Estado do Ceará, CEP 62.170-000, neste ato representado pelo Secretário de Educação Sr. José Carlos Rodrigues Gomes, aqui denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS AVENIDA BRASIL LTDA - ME, estabelecida na Rua Ângelo Azevedo, nº 162, Centro, Mucambo – Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 16.616.710/0001 – 80, neste ato representado pelo Sr. Aloísio Urçulino Gomes Júnior portador do CPF nº 037.211.103 – 31, doravante denominado de CONTRATADO, acordam proceder ao presente contrato, nos termos do Edital de CREDENCIAMENTO 1612.02/2024, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente instrumento, credencia-se o fornecimento, pelo CONTRATADO, de **CREDENCIAMENTO DE POSTOS DE PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MUCAMBO/CE.**

CLÁUSULA II – DO AMPARO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

2.1 A lavratura do presente instrumento decorre do Processo, Edital de CREDENCIAMENTO 1612.02/2024, Processo Administrativo nº 1612.02/2024.

2.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas do Edital de CREDENCIAMENTO 1612.02/2024, bem como seus Anexos.

CLÁUSULA III – DO REGIME DE FORNECIMENTO

3.1 O presente termo de credenciamento tem como regime o fornecimento por preços unitários, nos termos do Edital de regência.

3.2 O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

3.3 Após a assinatura do deste termo de credenciamento, o Contratado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para dar início à execução do fornecimento, conforme demanda do Município.

CLÁUSULA IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO VALOR DE CADA ITEM E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Na Tabela abaixo estão previstas as descrições, quantidades e valores unitários dos fornecimentos a serem realizados pelo CONTRATADO, conforme demanda:

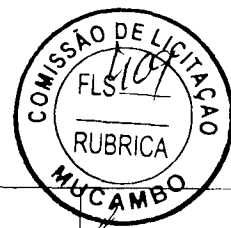
| ITEM | DESCRIMINAÇÃO | MARCA | UND | SEC. | QSE | T. UNIVER | FUNDEB 30% | TOTAL | VR UNT | VR TOTAL |
|------|--|-------|-------|-------|--------|-----------|------------|--------|----------|----------------|
| 1 | GASOLINA COMUM – DE ACORDO COM DETERMINAÇÃO DA ANP | SP | LITRO | 3.000 | 1.500 | 0 | 1.500 | 6.000 | R\$ 6,25 | R\$ 37.500,00 |
| 2 | ÓLEO DIESEL S10 – DE ACORDO COM | SP | LITRO | 2.000 | 35.000 | 32.500 | 7.500 | 77.000 | R\$ 6,20 | R\$ 477.400,00 |

Alcides

Alcides



Prefeitura Municipal Mucambo



| | | | | | | | | | | |
|---------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|----------------|
| DETERMINAÇÃO DA ANP | | | | | | | | | | |
| VALOR TOTAL | | | | | | | | | | R\$ 514.900,00 |

4.2. As aquisições serão frequentes e parceladas, a depender da necessidade da administração, daqueles itens que atendem as necessidades públicas e da disponibilidade financeira.

4.3. O fornecimento dos combustíveis para abastecimento da frota municipal, acontecerá através de empresas que disponham dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir preferencialmente microcomputador, impressora e conexão à Internet;
 - b) Disponibilizar boxes de serviços cobertos e delimitados em pátio pavimentado;
 - c) Somente utilizar combustível com a garantia da ANP;
 - d) Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com a Prefeitura de Mucambo-CE;
 - e) Atender com prioridade as solicitações da Prefeitura, para execução do abastecimento;
 - f) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
 - g) Prestar serviços de forma regular e eficiente, disponibilizando profissionais qualificados para tanto;
 - h) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços, objeto deste contrato;
 - i) Prestar os serviços em dias úteis e feriados das 24 horas por dia, face a necessidade de abastecimento de veículos que envolvam a saúde;
 - j) O abastecimento dos veículos de propriedade do município deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis do fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo;
 - k) A contratada deverá fornecer, diretamente ou por meio de postos CONTRATADOS, combustível para abastecimento da frota de veículos a serviço do município, imediatamente após a formalização do contrato, disponibilizar o atendimento, abastecendo os veículos com o combustível adequado, dentro dos padrões de qualidade permanentes e nas quantidades solicitadas;
 - l) Os combustíveis objetos deste contrato deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor.;
- Resolução ANP nº 807/2020 – Estabelece a especificação da gasolina de uso automotivo e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializarem o produto em todo o território nacional.
 - Resolução ANP nº 684/2017 – altera a Resolução ANP nº 40/2013 que estabelece as especificações das gasolinas de uso automotivo a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos em todo o território nacional.
 - Resolução ANP Nº 50/2013 - Regulamenta as especificações do óleo diesel de uso rodoviário, contidas no Regulamento Técnico ANP nº 4/2013, e as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos diversos agentes econômicos que comercializam o produto em todo o território nacional.

Alcino Jr



Prefeitura Municipal Mucambo



• Resolução ANP Nº 907/2022 - Dispõe sobre as especificações do etanol combustível e suas regras de comercialização em todo o território nacional.

4.4. Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte forma, de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE:

a) O abastecimento será realizado diretamente no estabelecimento da CONTRATADA, no endereço indicado na proposta.

b) A CONTRATANTE encaminhará seus veículos oficiais até o estabelecimento indicado, sempre que necessário, face às peculiaridades do objeto;

c) A CONTRATADA fornecerá os produtos mediante a apresentação da "Autorização de Fornecimento", devidamente preenchida, datada e assinada por funcionário autorizado, conforme modelo previamente apresentado pela CONTRATANTE e acordado pelas partes.

d) A "Autorização de Fornecimento" deverá ser devidamente preenchida com as informações relativas ao abastecimento e assinadas por funcionário do posto que executar o fornecimento.

4.5. Os combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição;

4.6. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir do recebimento pelo CONTRATADO da formalização da recusa pelo CONTRATANTE, arcando o CONTRATADO com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

4.7 Não será admitida recusa de abastecimento em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

4.2 O valor fixado para o pagamento de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela de Valores.

4.3 Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura do Município de Mucambo-CE até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal e após o ateste pelo profissional designado para esse fim, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

4.4 Os fornecimentos serão solicitados por meio de Autorizações de Fornecimento ou instrumento equivalente.

4.5 Os pagamentos serão creditados em conta corrente, por meio de ordem bancária, em favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.6 É encargo do CONTRATADO, quando do efetivo fornecimento, todas as despesas relativas a materiais, transporte, entrega, tributos e demais despesas que porventura forem necessárias ao fornecimento.

4.7 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

4.8 O CONTRATADO deverá zelar pelo adimplemento de seus tributos junto aos devidos órgãos públicos, visando manter sua regularidade fiscal e trabalhista, condição sem a qual não será possível o pagamento da Nota Fiscal apresentada.

4.9 A CONTRATANTE não efetuará qualquer pagamento adicional por outras despesas.

Alvimot



Prefeitura Municipal Mucambo



4.10 Os fornecimentos serão fiscalizados e atestados pela Secretaria solicitante, por servidor designado como **CONTRATANTE**.

4.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal de Mucambo-CE, entre o término do prazo referido no item 8.3 e a data do efetivo pagamento da Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ | $i = 6/100/365$ | = 0,00016438 onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência deste contrato será até 31 de dezembro do ano corrente, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES

6.1. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1.1 Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto.

6.1.2 Informar ao CONTRATADO sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega do objeto e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos.

6.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO, relacionados com o objeto pactuado.

6.1.4 Informar, a cada Autorização de Fornecimento, as quantidades, dias, horários e demais informações necessárias ao fornecimento.

6.1.5 Comunicar por escrito ao CONTRATADO quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, solicitando a substituição do fornecimento que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.

6.1.6 Efetuar os pagamentos devidos ao CONTRATADO nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal.

6.1.7 Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de cada pagamento;

6.1.8 Estando os fornecimentos de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, a CONTRATANTE efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

6.1.9 A Prefeitura Municipal de Mucambo-CE, através da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, deverá acompanhar os prazos de execução, exigindo que o CONTRATADO tome as providências necessárias para regularização dos fornecimentos, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Item 10 do Termo de Referência e demais cominações legais.

6.1.10 Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Alvino Jr.



Prefeitura Municipal Mucambo



6.1.11 Proporcionar as condições para que o CONTRATADO possa cumprir as obrigações pactuadas.

6.2. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.2.1 Indicar um preposto responsável pelo atendimento às demandas da CONTRATANTE;

6.2.2. Executar os fornecimentos conforme as especificações constantes do Termo de Referência, cumprindo os prazos estabelecidos;

6.2.3 Providenciar imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Prefeitura do Município de Mucambo, referentes às condições firmadas neste contrato e Termo de Referência;

6.2.4 Permitir a fiscalização do fornecimento pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, em qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

6.2.5 Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições exigidas do momento do credenciamento;

6.2.6 Manter-se atualizado quanto às condições e capacidades para o fornecimento do objeto;

6.2.7 Observar as normas profissionais e demais normas relacionadas com o fornecimento do objeto;

6.2.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.2.9 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

6.2.10 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Mucambo e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

6.2.11 Arcar com os custos diretos e indiretos, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas no fornecimento do objeto, não sendo admitida qualquer cobrança posterior em nome da Prefeitura do Município de Mucambo;

6.2.12 Comunicar à Prefeitura do Município de Mucambo, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;

6.2.13 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Mucambo;

6.2.14 Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Mucambo sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

6.2.15 Emitir Nota Fiscal discriminada, legível e sem rasuras;

6.2.16 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Mucambo, cujas reclamações se obriga a atender;

6.2.17 Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de Mucambo na execução do(s) serviço(s), será(ão) ressarcido(s) pela Contratada, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de.

Alvina 27



Prefeitura Municipal Mucambo



a es judiciais movidas por terceiros que lhe venham a ser exigidas por for a da Lei, ligadas ao cumprimento do T rmino de Refer ncia e do presente contrato.

CLAUSULA VII – DAS SAN OES

7.1 O CONTRATADO ser  responsabilizado administrativamente pelas seguintes infra es:

- a) dar causa   inexecu o parcial do contrato;
- b) dar causa   inexecu o parcial do contrato que cause grave dano   Administra o, ao funcionamento dos servi os p blicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa   inexecu o total do contrato;
- d) deixar de entregar a documenta o exigida para o certame; e) n o manter a proposta, salvo em decorr ncia de fato superveniente devidamente justificado;
- f) n o celebrar o contrato ou n o entregar a documenta o exigida para a contrata o, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execu o ou da entrega do objeto da licita o sem motivo justificado;
- h) apresentar declara o ou documenta o falsa exigida para o certame ou prestar declara o falsa durante a licita o ou a execu o do contrato;
- i) fraudar a licita o ou praticar ato fraudulento na execu o do contrato;
- j) comportar-se de modo inid neo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos il citos com vistas a frustrar os objetivos da licita o;

7.2 Ser o aplicadas ao respons vel pelas infra es administrativas previstas nesta Lei as seguintes san es:

- a) advert ncia;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declara o de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.3 Na aplica o das san es ser o considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infra o cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunst ncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administra o P blica;

Almeida

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal Mucambo



e) a implanta o ou o aperfei amento de programa de integridade, conforme normas e orienta es dos  rculos de controle.

7.4 A san o prevista na letra "a" do item 7.2 (advert ncia) ser  aplicada exclusivamente pela infra o administrativa prevista na letra "a" do item 7.1 deste contrato, quando n o se justificar a imposi o de penalidade mais grave.

7.5 A san o prevista na letra "b" do item 7.2 (multa) n o poder  ser inferior a 0,5% (cinco d cimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contrata o direta e ser  aplicada ao respons vel por qualquer das infra es administrativas previstas no item 7.1 deste contrato, nos seguintes termos: a) se der causa   inexecu o parcial do contrato, a multa, se aplicada, ser  de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente   parte n o cumprida; b) se der causa   inexecu o parcial do contrato que cause grave dano   Administra o, ao funcionamento dos servi os p blicos ou ao interesse coletivo, a multa ser  de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente   parte n o cumprida; c) se der causa   inexecu o total do contrato, a multa ser  de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; d) se ensejar o retardamento da execu o ou da entrega do objeto da licita o sem motivo justificado e aceito pela Administra o Municipal, a multa ser  de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso at  o d cimo dia, quando o contrato ser  considerado totalmente descumprido.

7.6 A san o prevista na letra "c" do item 7.2 (impedimento de licitar e contratar) ser  aplicada ao respons vel pelas infra es administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 7.1 deste contrato, quando n o se justificar a imposi o de penalidade mais grave, e impedir  o respons vel de licitar ou contratar no  mbito da Administra o P blica direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a san o, pelo prazo m ximo de 3 (tr s) anos.

7.7 A san o prevista na "d" do item 7.2 (declara o de inidoneidade para licitar ou contratar) ser  aplicada ao respons vel pelas infra es administrativas previstas nas letras "h", "i", "j", "k" e "l" do item 7.1 deste contrato, bem como pelas infra es administrativas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 10.1 deste Termo de Refer ncia que justifiquem a imposi o de penalidade mais grave que a san o prevista na letra "c" do item 7.2, e impedir  o respons vel de licitar ou contratar no  mbito da Administra o P blica direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo m nimo de 3 (tr s) anos e m ximo de 6 (seis) anos. 7.8 A san o estabelecida na letra "d" do item 7.2 (declara o de inidoneidade para licitar ou contratar) deste contrato ser  precedida de an lise jur dica e ser  de compet ncia exclusiva do secret rio municipal.

7.9 As san es previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 7.2 poder o ser aplicadas cumulativamente com a prevista na letra "b" do item 7.2 (multa) deste contrato.

7.10 Se a multa aplicada e as indeniza es cab veis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administra o ao CONTRATADO, al m da perda desse valor, a diferen a ser  descontada da garantia prestada ou ser  cobrada judicialmente.

7.11 A aplica o das san es previstas no item 7.2 deste contrato n o exclui, em hip tese alguma, a obriga o de repara o integral do dano causado   Administra o P blica.

7.12 Na aplica o da san o prevista na letra "b" do item 7.2 (multa), ser  facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias  teis, contado da data de sua intima o.

7.13 A aplica o das san es previstas nas letras "c" e "d" do item 7.2 Lei requerer  a instaura o de processo de responsabiliza o, a ser conduzido por comiss o composta de 2 (dois) ou mais servidores est veis, que avaliar  fatos e circunst ncias conhecidos e intimar  o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias  teis, contado da data de intima o, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

7.14 Na hip tese de deferimento de pedido de produ o de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispens veis pela comiss o, o licitante ou o contratado poder  apresentar alega es finais no prazo de 15 (quinze) dias  teis, contado da data da intima o.

Alvino



Prefeitura Municipal Mucambo



7.15 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

7.16 As penalidades aplicadas serão anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração Municipal.

7.17 As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA VIII – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA IX – DOS CASOS OMISSOS

9.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste termo de credenciamento, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA X – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1 O CONTRATADO deverá manter durante a execução do termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XI – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O presente termo de credenciamento poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA XII – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O fornecimento do objeto deste termo de credenciamento será acompanhado e fiscalizado por servidor designado para esse fim pela autoridade competente, na condição de representante do Município de Mucambo-CE.

CLAUSULA XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

| PROGRAMA | DOTAÇÃO | ELEMENTO DE DESPESAS |
|--|-------------------------|----------------------|
| MANUT. DO TRANSP DO EST. UNIVERSITARIO E TEC | 05.01.12.364.1210.2.021 | 3.3.90.30.00 |

Alain



Prefeitura Municipal Mucambo



| | | |
|------------------------------|-------------------------|--------------|
| MANUT. E DES. DA EDUCA - QSE | 05.01.12.361.1203.2.018 | 3.3.90.30.00 |
| FUNDEB | 05.02.12.361.1001.2.024 | 3.3.90.30.00 |
| SECRETARIA | 05.01.12.361.1203.2.017 | 3.3.90.30.00 |

CLAUSULA XIV - DA PUBLICA O

13.1 O Munic pio de Mucambo-CE encaminhar  para publica o o extrato deste termo de credenciamento no Di rio Oficial dos Munic pios ou equivalente at  o quinto dia  til do m s seguinte ao de sua assinatura.

CL USULA XV – DAS DISPOSI OES GERAIS

14.1 Com exce o dos casos expressamente autorizados no Edital, o CONTRATADO somente poder  subcontratar o fornecimento do objeto com a pr via concord ncia da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente respons vel perante a CONTRATANTE pelo fornecimento feito pela Subcontratada e, ainda, pelas consequ ncias dos fatos e atos a ela imput veis.

CL USULA XVI – DO FORO

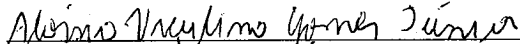
15.1 Para dirimir quaisquer quest es decorrentes deste termo de credenciamento, n o resolvidos na esfera administrativa, ser  competente o Foro da Comarca de Mucambo-CE, com exclus o de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (tr s) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas Partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Mucambo-CE, 06 de janeiro de 2025.



Jos  Carlos Rodrigues Gomes
Secret rio de Educa o
CONTRATANTE



POSTO DE COMBUSTIVEIS AVENIDA BRASIL
LTDA
Aloisio Ur ulino Gomes J nior
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF

2. _____
Nome:
CPF